



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

EDITAL

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIAL ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO E O RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NO MUNICÍPIO DE VEREDA, NO ESTADO DA BAHIA, CONFORME CONVÊNIO Nº 2.447.00/2021.

ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL:

Data: até o dia 27/01/2023, às 09:00 hs. horário local.

ABERTURA DA SESSÃO

Dia 27/01/2023, após encerrada a fase de credenciamento.

Não havendo expediente na data supracitada, a data para a realização da Sessão Pública do certame ficará prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

LOCAL

Sala das Licitações, situada à situada à Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraípe, Teixeira de Freitas - Bahia.

CONSULTAS AO EDITAL

O Edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Sala das Licitações, situada à Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraípe, Teixeira de Freitas - Bahia, 07:00 às 11:30 horas.

As empresas que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo, no **Diário Oficial do Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia**, [Http://consorcioextremosul.ba.airdoc.com.br/](http://consorcioextremosul.ba.airdoc.com.br/), " **Diário Oficial**" quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

ADQUIRIR O EDITAL

Os interessados poderão adquirir o Edital de Licitação com os respectivos Anexos, projetos e planilhas orçamentárias, na Sala das Licitações, situada na podendo ser adquirido no mesmo local mediante recibo de retirada da documentação assinado e no site <http://consorcioextremosul.ba.airdoc.com.br/editais>, à custa de reprodução do material solicitado serão arcadas exclusivamente pelo Proponente. As informações referentes ao Edital acima mencionado podem ser retiradas também gratuitamente mediante apresentação de mídia digital (CD/DVD, pen-drive, HD externo ou outro dispositivo apto à gravação dos documentos).

INSTRUÇÕES E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

As instruções e condições para a participação na licitação supra, estão contidas nos seguintes documentos: Edital da Licitação e seus anexos, Minuta do Contrato.

Pedidos de informações poderão ser solicitados pessoalmente junto à Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraípe, Teixeira de Freitas - Bahia, 07:00 às 11:30 horas, em até 02 (dois), dias antes da realização da sessão pública do certame.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

ÍNDICE

TÍTULO I - PREÂMBULO.....	3
TÍTULO II - OBJETO.....	4
TÍTULO III - ÓRGÃO REQUISITANTE.....	4
TÍTULO IV - CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	4
TÍTULO V - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	5
TÍTULO VI - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL.....	6
TÍTULO VII - ENTREGA DOS ENVELOPES.....	7
TÍTULO VIII - ABERTURA DOS ENVELOPES.....	7
TÍTULO IX - HABILITAÇÃO.....	8
TÍTULO X - JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	15
TÍTULO XI - PROPOSTA COMERCIAL.....	15
TÍTULO XII - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO.....	16
TÍTULO XIII - RECURSOS E CONTRA-RAZÕES.....	18
TÍTULO XIV - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	19
TÍTULO XV - CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO.....	20
TÍTULO XVI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	21
TÍTULO XVII - FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO.....	22
TÍTULO XVIII - DO CONTRATO.....	22
TÍTULO XIX - DA RESCISÃO DO CONTRATO.....	22
TÍTULO XX - DOS RISCOS DA CONTRATADA.....	23
TÍTULO XXI - DOS RISCOS DO CONTRATANTE.....	23
TÍTULO XXII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	23
TÍTULO XXIII - DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO.....	24
TÍTULO XXV - DOS PRAZOS DE INÍCIO E TÉRMINO DOS TRABALHOS E DO RECEBIMENTO DOS TRABALHOS.....	24
TÍTULO XXVI - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	25
TÍTULO XXVII - PAGAMENTO.....	26
TÍTULO XXVIII - DA CESSÃO E SUBEMPREGADA DO CONTRATO.....	27
TÍTULO XXIX - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	28
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.....	34
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL.....	36
ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS.....	46
ANEXO IV - MODELO - CARTA DE CREDENCIAMENTO.....	56
ANEXO V - MODELO - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO EDITAL.....	57
ANEXO VI - MODELO - INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS.....	58
ANEXO VII - MODELO - DECLARAÇÃO DE ME OU EPP.....	59
ANEXO VIII - MODELO - TERMO DE COMPROMISSO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	60
ANEXO IX - MODELO - DECLARAÇÃO ART. 7º, XXXIII, CF.....	61



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

TÍTULO I – PREÂMBULO

1. O TEIXEIRA DE FREITAS - BA, torna público que fará realizar por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, às 09:00 hs, do dia 27/01/2023, na Sala de Licitações, situada na Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraípe, Teixeira de Freitas - Bahia, a abertura do **Processo Licitatório nº 194/2022**, na modalidade **CONCORRENCIA PUBLICA nº 001-2022**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regido pela Lei Federal nº 8.666 e suas alterações, Lei Complementar nº 123, alterada pela Lei Complementar 147/2014, Decreto Municipal nº 531 e Instrução Normativa SCI nº 002/2017, e pelas demais normas pertinentes e condições estabelecidas pelo presente edital e seus Anexos.
2. O Edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraípe, Teixeira de Freitas - Bahia, no horário de 07:00 às 11:30 horas, podendo ser adquirido no mesmo local mediante requisição.
3. Os interessados deverão acompanhar as mensagens referentes a esta licitação (respostas a questionamentos, impugnações, recursos, etc.), através das publicações no **Diário Oficial do Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia**, [Http://consorcioextremosul.ba.airdoc.com.br/](http://consorcioextremosul.ba.airdoc.com.br/), "Diário Oficial" sendo exclusivos responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens publicadas naquele periódico oficial.
4. O encaminhamento de propostas pressupõe o pleno conhecimento, a plena aceitação e o pleno atendimento por parte do proponente, das exigências de habilitação e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.
5. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas pelo preposto ou procurador, em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras.
6. Ao retirar o Edital e seus Anexos na Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas - BA, a licitante deverá fornecer todos os dados para o perfeito cadastramento, ficando sob sua exclusiva responsabilidade as informações incorretas e imprecisas que frustrem uma comunicação eficiente.
7. Os envelopes para participação (o de nº 01 (um) com a menção "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" e o de nº 02 (dois) com a menção "PROPOSTA COMERCIAL) serão apresentados para protocolo na Sala das Licitações, situada na Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraípe, Teixeira de Freitas - Bahia até as 09:00 hs do dia 27/01/2023.
8. Na data marcada para a presente licitação proceder-se-á a abertura da sessão, com o credenciamento dos representantes das licitantes e a seguir a abertura do envelope de nº 01, correspondente à "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", podendo, ser aberto o envelope de nº 02, da empresa classificada, correspondente à "PROPOSTA COMERCIAL", nos termos deste Edital e desde que todos os participantes desistam do direito de



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

interposição de recurso, através de termo próprio ou constante em Ata da sessão do certame.

9. Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria nº 007, de 01 de fevereiro de 2022.

TÍTULO II – OBJETO

1. Constitui objeto da presente licitação a CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIAL ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO E O RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NO MUNICÍPIO DE VEREDA, NO ESTADO DA BAHIA, CONFORME CONVÊNIO Nº 2.447.00/2021.

TÍTULO III – ÓRGÃO REQUISITANTE

1. Consórcio Público Construir.

TÍTULO IV – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1. As empresas que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo, no **Diário Oficial do Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia**, [Http://consorcioextremosul.ba.airdoc.com.br/](http://consorcioextremosul.ba.airdoc.com.br/), "Diário Oficial" quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.
2. Pedidos de informações poderão ser solicitados pessoalmente junto à Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraipe, Teixeira de Freitas - Bahia, no horário de 08 às 12 horas, em até 02 (dois), dias antes da realização da sessão pública do certame.
3. Impugnações aos termos deste edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, protocolizadas na Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraipe, Teixeira de Freitas - Bahia, no horário de 07 às 11:30 horas, em até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento dos envelopes, dirigidas ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação.
- 3.1. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
4. A Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item 3 deste título e que, por isso, não sejam protocolizadas no prazo legal.
5. A decisão do Presidente da Comissão Permanente de Licitação será enviada ao impugnante e-mail, e será divulgada no Quadro de Avisos do *Hall* de Entrada da Sala da Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraipe, Teixeira de Freitas - Bahia, ficando acessíveis a todos os interessados.
- 5.1. Além do Quadro de Avisos do *Hall* de Entrada, também serão publicados no **Diário Oficial do Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia**



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

[Http://consorcioextremosul.ba.airdoc.com.br/](http://consorcioextremosul.ba.airdoc.com.br/), "Diário Oficial"
e/ou demais órgãos oficiais, quando assim o exigir.

TÍTULO V – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1. Poderão participar deste Certame pessoas jurídicas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, conforme estabelecido neste Edital, e:
 - 1.1. Não estejam suspensas de licitar ou impedidas de contratar com a Administração Pública Municipal;
 - 1.2. Não estejam sob processo de falência ou Recuperação Judicial, concurso de credores, dissolução, ou liquidação judicial ou extrajudicial (declaração do órgão competente);
2. Não poderão participar da presente licitação pessoa física ou jurídica enquadradas nas condições estabelecidas no art. 9º, da Lei Federal 8.666/93.
3. É vedada a participação de Sociedades que não tenham cumprido, integralmente, contratos anteriormente firmados e que, embora ainda vigentes, se encontrem inadimplentes com quaisquer das obrigações assumidas com outros órgãos e entidades Federais, Estaduais ou Municipais.
4. É vedada a participação de sociedades empresariais que possuam em seu quadro técnico servidor público municipal, conforme Art. 9º, inc. III, da Lei 8.666/93.
5. Não será admitida participação de empresa em consórcio, sendo vedada também, a participação de empresas, cujo dirigente majoritário participe como acionista, e outra empresa do mesmo ramo, nesta licitação.
6. Não será admitida participação do Autor do memorial descritivo ou executivo, pessoa física ou jurídica.
7. Não será admitida participação de empresa, isoladamente ou em consorcio, responsável pela elaboração do memorial descritivo ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
8. Não será permitida a competição entre empresas que possuam os mesmos sócios ou sócios que tenham parentesco até o 3º grau em linha reta ou colateral, sob pena de desclassificação.
9. O representante da empresa licitante, para participação nesta licitação, deverá estar munido de carta de credenciamento, que lhe permita ofertar lances, assinar documentos e decidir em nome de seu representado, inclusive quanto à desistência de interposição de recurso.
 - 9.1. A carta de credenciamento somente será aceita se assinada pelo representante legal da empresa licitante, conforme Modelo - Anexo IV, constante deste Edital.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

9.2. Nenhum representante poderá representar mais de uma empresa licitante.

10. Não será admitido, sob qualquer hipótese, o encaminhamento de propostas e documentação via fax, via postal ou similar, devendo a entrega dos envelopes ocorrer na data, horário, local e condições indicadas no Título VII, desta peça editalícia.

11. Os documentos exigidos somente poderão ser apresentados em original; através de publicações em órgão de imprensa oficial; por cópia autenticada por cartório de tabelionato de notas; ou pelos membros da Comissão Permanente de Licitação - C.P.L., mediante cotejo com os originais, os quais serão imediatamente restituídos à respectiva empresa.

12. Os documentos extraídos via internet somente serão considerados válidos após a confirmação da autenticidade por servidor municipal, através do endereço oficial (*site*) do órgão emitente.

13. A proponente poderá, em caso de dúvida, quer seja de caráter técnico ou legal, na interpretação deste Edital, consultar a Equipe de Apoio, **mediante protocolo**, na Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraipe, Teixeira de Freitas - Bahia, no horário de 07:00 às 11:30 horas.

13.1. Somente serão consideradas as consultas formalizadas, por escrito, encaminhadas até 05 (cinco) dias úteis antes da data de entrega da documentação.

TÍTULO VI - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL

1. Os Documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverão ser apresentados em envelopes distintos, colados, opacos e indevassáveis, contendo em sua parte externa as seguintes informações:

"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE 01"

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022
CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022
CNPJ
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE

"PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE 02"

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022
CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022
CNPJ



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE

TÍTULO VII - ENTREGA DOS ENVELOPES

1. Os envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA COMERCIAL” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues na Sala da Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraipe, Teixeira de Freitas - Bahia, até a data e horário previstos neste instrumento.
2. A Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por envelopes “Documentação de Habilitação” e “Proposta Comercial” endereçados via postal ou por outra forma, entregues em local diverso da sala da Diretoria de Licitações, Compras e Contratos e que, por isso, não cheguem na data e horário previstos neste Edital.
3. A inversão do conteúdo dos envelopes acarretará na inabilitação ou desclassificação do licitante.
4. Em hipótese alguma, nem sob qualquer alegação, serão concedidos prazos para apresentação ou complementação dos documentos exigidos para a Habilitação.

TÍTULO VIII - ABERTURA DOS ENVELOPES

1. Abertos os envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”, a Comissão Permanente de Licitação analisará os documentos e decidirá sobre a habilitação dos licitantes.
 - 1.1. Havendo dúvidas ou necessidade de esclarecimentos que não possam ser dirimidos de imediato, demandando análises complementares ou diligências, as mesmas serão consignadas em ata, podendo a sessão ser suspensa.
 - 1.2. Suspensa a sessão, a decisão quanto à habilitação poderá ser publicada no Quadro de Avisos do Hall de Entrada da Sala da Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraipe, Teixeira de Freitas - Bahia, ficando os envelopes Proposta Comercial, sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, devidamente lacrados e rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais dos licitantes presentes.
 - 1.3. Na hipótese de a Comissão Permanente de Licitação não publicar a decisão de habilitação no Quadro de Avisos da Sala da Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraipe, Teixeira de Freitas - Bahia, será marcada data e horário para continuidade da sessão, a ser comunicada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para divulgação do resultado da habilitação, mediante notificação através de correio eletrônico (e-mail) aos licitantes interessados, ocasião em que poderão ser abertos os envelopes Proposta Comercial.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

2. Os envelopes Proposta Comercial serão abertos no mesmo local, indicados neste Edital, onde foram abertos os envelopes de Documentação de Habilitação.
3. As empresas licitantes poderão ser representadas no certame por seu sócio, proprietário ou dirigente, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social atualizado da empresa ou Registro Comercial, no caso de empresa individual, acompanhado de documento de identidade.
 - 3.1. A representação também poderá ser feita por procurador munido de instrumento público ou particular ou por Carta de Credenciamento, conforme modelo do Anexo IV, comprovando a outorga de poderes necessários para a formulação de propostas e a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, juntamente com cópia autenticada do documento de identidade do credenciado ou procurador e documento que comprove a representação legal do outorgante.
 - 3.1.1. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados à Comissão Permanente de Licitação para autenticação, conforme item 11, Título V.
 - 3.2. O documento credencial deverá ser apresentado à Comissão Permanente de Licitação no início dos trabalhos, isto é, antes da abertura dos envelopes "Documentação de Habilitação", sendo permitido que cada credenciado represente apenas um licitante.
 - 3.3. A não apresentação ou a incorreção do documento de credenciamento não desqualificará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar durante as reuniões.
 - 3.4. O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto à Comissão Permanente de Licitação implica a presunção de sua capacidade e responsabilidade legal pelos atos praticados.
4. O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da lei citada deverá comprovar sua condição de, ME ou EPP, por meio de Declaração de Enquadramento ou Certidão Simplificada expedida pela JUNTA COMERCIAL da sede da empresa e Declaração conforme modelo do Anexo VII.
5. A licitante que apresentar documentos ou declarações falsas responderá por seus atos, cível, administrativa e penalmente.

TÍTULO IX - HABILITAÇÃO

1. O envelope de nº 01, correspondente à "**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**", deverá conter os documentos de preferência enumerados , apresentados em uma via original, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, ou em cópia autenticada por tabelião de notas ou autenticada pela Comissão Permanente de Licitação, conforme item 11, Título V, antes da entrega dos envelopes, devendo ainda estarem assinados ou rubricados manualmente pelo representante legal da empresa licitante ou por seu



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

procurador legalmente constituído, em todas as folhas, obedecendo a ordem do Edital, numerados sequencialmente por item de habilitação de modo a facilitar a análise, observadas as exigências que tratam os Anexos, integrantes deste Edital.

1.1. Documento H-1

1.1.1. Declaração de Aceitação das Normas e Condições deste Edital, de submissão às exigências legais, bem como de responsabilidade pela autenticidade e veracidade dos documentos e informações apresentados, conforme Anexo V, constante deste Edital.

1.2. Documento H-2

1.2.1. Declaração de Inexistência de fatos impeditivos, conforme Anexo VI, constante deste Edital.

1.2.2. Certidão Negativa emitida pelo portal do Conselho Nacional de Justiça de que a licitante não fora condenada em Ação de Improbidade Administrativa, da empresa e do sócio administrador.

1.2.3. Consulta Negativa - CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) emitida pelo portal da Controladoria Geral da União.

1.2.4. Certidão Negativa de Empresas Inidôneas emitida pelo Tribunal de Contas da União.

1.3. Documento H-3

1.3.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial.

1.3.2. Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto deverá estar acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

1.3.3. O documento exigido no item 1.3.1 ou no item 1.3.2 deverá estar acompanhado da Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) relativo ao domicílio ou sede do licitante.

1.3.4. Documentos pessoais dos integrantes do quadro societário da empresa licitante: Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física "CPF" do Ministério da Fazenda.

1.3.5. Prova de inscrição municipal da sede da licitante.

1.4. Documentos H-4

1.4.1. Comprovante de registro e quitação no Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia (CREA ou CAU) da empresa e de seus responsáveis técnicos, sendo inválida a certidão que não apresentar rigorosamente a situação atualizada, ou seja, conforme Resolução n.º 266/79 do CONFEA. As certidões emitidas em outros Estados deverão conter visto no CREA do Estado da Bahia, na assinatura do contrato, conforme Lei n.º 5.194/66 e Resolução n.º 413/97 do CONFEA;



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

1.4.2. Declaração de Responsabilidade, assumindo, incondicionalmente a responsabilidade de executar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas nesta licitação, conforme modelo do Anexo VIII.

1.4.2.1. Comprovação da capacidade técnico profissional da empresa licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente certificados pelo CREA ou CAU, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão de Acervo Técnico - CAT.

1.4.2.2. Caso o(s) profissional(is) detentor(es) do atestado de qualificação técnica não seja sócio da empresa, o vínculo com a Licitante deverá ser comprovado mediante apresentação de uma das alternativas a seguir: Carteira de Trabalho acompanhada das Guias de recolhimento do FGTS; Certidão do CREA ou CAU para os responsáveis técnicos; Contrato Social; Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT;

1.4.2.3. Comprovação de capacidade técnica operacional e aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da Licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, acompanhado da respectiva ART (anotação de responsabilidade técnica).

1.4.2.4. É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma instituição, fato este que inabilitará todas as envolvidas.

1.5. Documento H-5

1.5.1. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro, na data prevista para a entrega da proposta, pelo menos um responsável técnico de nível superior com formação em Engenharia civil, detentor de atestado de responsabilidade técnica, cujo nome deverá constar como responsável técnico junto ao CREA, comprovando o vínculo com uma das alternativas abaixo:

- a) Cópia da ficha de Registro de Empregados - RE, e ou
- b) Cópia da folha do Livro de Registro de Empregados, e ou
- c) Cópia do Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado, no qual conste o nome do detentor do Atestado da Capacidade Técnica, e ou



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

d) Contrato de Prestação de Serviço, para contratados por tempo determinado, com data de assinatura anterior à abertura das propostas, devidamente assinada (reconhecer firma em cartório do responsável técnico).

1.5.2. Termo de Compromisso assinado pelo profissional, com data de assinatura anterior à abertura das propostas, no sentido de aceitação de responsabilidade técnica pela obra ou serviço, no caso da licitante vir a ser declarada vencedora do certame.

1.6. Documento H-6

1.6.1. Termo de Compromisso da empresa licitante de que o(s) responsável(is) técnico(s), detentor(es) do(s) atestado(s) referido(s) no Documento H-4 e Documento H-5, será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução do serviço, conforme Anexo VIII, constante deste Edital.

1.6.2. Deverá o Termo supra ser assinado, em conjunto, pelo representante legal da empresa e pelo(s) responsável(is) técnico(s), indicado(s).

1.6.3. A licitante poderá realizar visita técnica (**facultativa**) realizada no local da execução dos serviços. A visita técnica para os licitantes que optar por fazê-la, deverá ser agendada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis através do e-mail ou telefone, o prazo de realização da realização da visita técnica é de até 48h úteis antes da realização do certame.

1.6.4. A não realização da vista técnica não implicará na inabilitação do licitante, devendo a mesma apresentar declaração renunciando ao direito e se responsabilizando pela execução dos serviços, sem direito a quaisquer questionamentos quanto a execução dos mesmos.

1.6.5. Declaração formal e expressa do licitante, devidamente assinada, informando que disporá de toda infraestrutura necessária, adequada e integral execução de todos os serviços, compreendendo instalações e pessoal técnico especializado, catalogando equipamentos a serem fornecidos, bem como qualificando cada membro da equipe técnica.

1.6.6. Declaração de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

1.6.7. Declaração da Licitante de que possui/possuirá Técnico ou engenheiro de Segurança do Trabalho devidamente inscrito junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, ou em outro órgão competente, informando seu nome, CPF e Identidade e apresentando comprovante do seu registro, bem como declaração de aceitação do mesmo de pertencer ao quadro técnico para futura execução contratual.

1.7. Documento H-7

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

1.7.1. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF, com validade na data da licitação.

1.8. Documentos H-8

1.8.1. Certidões de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, da sede da empresa, com validade na data da licitação.

1.9. Documentos H-9

1.9.1. Para a comprovação da regularidade com a Fazenda Federal deverá ser apresentada à certidão conjunta referente aos tributos e contribuições federais administradas pela Secretaria da Receita Federal, e da dívida ativa da União, administrado pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

1.10. Documento H-10

1.10.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente), que comprovem a boa situação financeira da empresa licitante, por meio do cálculo de índices contábeis abaixo previstos, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo apresentar separadamente os seguintes elementos:

- a) Ativo Circulante;
- b) Ativo Total;
- c) Realizável a Longo Prazo;
- d) Passivo Circulante;
- e) Exigível a Longo Prazo.

• **Índice de Liquidez Corrente – ILC – igual ou superior a 1,0**

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

• **Índice de Liquidez Geral – ILG – igual ou superior a 1,0**

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

onde:

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

• **Índice de Solvência Geral - ISG - igual ou superior a 1,0**

$$ISG = \frac{AT}{PC + ELP}$$

onde:

AT = Ativo Total
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo

1.10.2. O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis de Resultado do Último Exercício Social Exigível, as demonstrações dos índices ILC, ILG e ISG, deverão estar assinadas por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis, devidamente habilitado, comprovando-se a regularidade pela apresentação da Certidão de Regularidade emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado sede do profissional contábil que assina o balanço, na data de registro do balanço.

1.10.3. Serão considerados **na forma da lei**, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

1.10.3.1. Sociedades regidas pela Lei Federal nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

1.10.3.1.1. Publicados em Diário Oficial; ou

1.10.3.1.2. Publicados em jornal de grande circulação; ou

1.10.3.1.3. por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

1.10.3.2. Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (Ltda.) e EIRELI:

1.10.3.2.1. por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

1.10.3.3. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, deverão estar assinadas por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

1.10.3.4. A licitante deverá apresentar a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente onde conste o capital social integralizado.

1.11. Documento H-11

1.11.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor judicial do foro da sede da pessoa jurídica com emissão de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data da apresentação da proposta.

1.12. Documento H-12



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

1.12.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, fornecida pelo Poder Judiciário / Justiça do Trabalho, com validade na data da licitação.

1.13. Documento H-13

1.13.1. Comprovação de que a licitante cumpre o disposto no Inciso XXXVIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, através de Declaração, que deverá ser de acordo com o Anexo IX, que integra este Edital.

2. Além da apresentação da documentação de habilitação, deverá ser observado, sob pena de inabilitação, o seguinte:

4.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado (s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como o objeto, atividades desenvolvida.

4.2. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

4.3. A proponente deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, (ACÓRDÃO N 2 1214/2013 - TCU - Plenário.

5. A regularidade dos documentos extraídos via Internet, terão sua autenticidade confirmada, por meio de consulta "on-line", a ser realizada pelos membros da Equipe de Apoio.

6. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou em cópia autenticada nos termos do item 11, Título V.

7. Se a licitante estiver participando da licitação com documentos de habilitação da filial, também deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal relativos à prova de regularidade com a Fazenda Federal, Seguridade Social e Certidão de Falência e Concordata da sede da licitante.

8. Não caberá desistência da Proposta, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Equipe de Apoio, conforme disposto no § 6º, art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93.

9. Em nenhuma hipótese será aceito documentos em forma de "FAX" ou via postal ou qualquer outra forma diversa do exigido pelo edital.

10. A ausência de documento, a apresentação de documentos rasurados ou ilegíveis, ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título inabilitará a proponente.

11. Os documentos exigidos neste certame poderão ser apresentados **em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente**, com exceção dos extraídos pela *internet*, com



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

vigência plena na data fixada para sua apresentação.

11.1. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados, para autenticação preferencialmente antes da abertura da sessão pública deste certame, conforme Lei 13.726 de 08/10/2018.

TÍTULO X – JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1. Considera-se vencida a fase de habilitação:

1.1. Se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as licitantes ao direito de interposição de recurso, nos termos do art. 43, III e art. 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93; ou

1.2. Após transcorrido o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso; ou

1.3. Após publicação do deferimento ou indeferimento do recurso interposto.

2. Caso todas as **licitantes** sejam julgadas inabilitadas, a **Comissão Permanente de Licitação** poderá fixar-lhes o prazo de **08 (oito) dias úteis** para a apresentação de novos documentos, escoimados dos vícios que as inabilitaram.

TÍTULO XI – PROPOSTA COMERCIAL

1. A apresentação da Proposta Comercial na licitação será considerada como evidência de que a licitante examinou completamente o Edital e todos os seus Anexos, que os comparou entre si, que obteve da entidade licitante informações satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso, e considera que o Edital desta licitação lhe permitiu preparar a Proposta Comercial de maneira completa e totalmente satisfatória.

2. No caso de discrepância entre os valores numéricos e por extenso, lançados na proposta, prevalecerá o valor grafado por extenso.

3. O envelope de nº 2, correspondente à "**PROPOSTA COMERCIAL**" deverá conter, obrigatoriamente, os documentos a seguir relacionados:

3.1. DOCUMENTO P-1

3.1.1. Proposta Comercial, conforme Anexo II, que integra este Edital, em uma via, assinada pelo seu representante legal e o responsável técnico, e deverá conter, necessariamente, as seguintes informações, considerados como válidos os dados constantes do impresso da empresa, devendo, entretanto ser complementados os que faltarem:

a) Nome da empresa licitante, endereço, número do CNPJ, data de abertura da licitação prevista neste Edital.

b) Preço total final proposto pela empresa licitante, com no máximo duas casas decimais, em reais e por extenso.

c) Prazo de validade da proposta (em algarismos e por extenso) que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir de data da

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

licitação, sob pena de desclassificação da proposta da licitante.

- d) Nome do representante legal da empresa licitante.
 - e) Proposta financeira com preços unitários e totais, cronograma físico-financeiro e composição/detalhamento do BDI
4. No caso de a proposta comercial apresentar erro na multiplicação do quantitativo pelo preço unitário apresentado, prevalecerá o preço unitário, e o cálculo será refeito pelo órgão técnico, para fins de julgamento.
 5. O Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia reserva-se o direito de realizar diligências para esclarecimentos que se fizerem necessários para o julgamento.
 6. Não serão aceitas Propostas de Preços contendo emendas, rasuras, entrelinhas ou que ofereçam vantagens não previstas neste Edital, nem preço ou vantagem baseados nas ofertas dos demais licitantes, nem sem a composição dos encargos sociais.
 7. A proposta de preços deverá ser apresentada juntamente com declaração de que a proposta foi elaborada de maneira independente, sob pena de desclassificação.
 8. Nos preços unitários propostos deverão estar inclusos todos os custos com salários (inclusive as remunerações decorrentes da prestação dos serviços em horas extras por parte dos empregados da contratada), encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, gratificação, fardamento, alimentação, transporte de qualquer natureza, procedimentos de sinalização e segurança do seu pessoal, de equipamentos e de terceiros e de todos os demais requisitos legais de segurança e medicina do trabalho administrativo, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento, pela contratada de suas obrigações, inclusive todos os custos com fornecimento de matérias e demais insumos das obras e serviços a serem realizados, sendo necessária a apresentação da composição unitária dos preços para todos os itens da planilha orçamentária sob pena de desclassificação.

TÍTULO XII - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
2. **Será vencedora do certame a empresa que ofertar o MENOR PREÇO GLOBAL, conforme condições constantes do - Anexo I.**
3. Será desclassificada a proposta que:
 - 3.1. Não atenda às exigências estabelecidos neste edital ou em diligência.
 - 3.2. Apresente preço global simbólico, irrisório ou de valor zero, superestimado ou manifestamente inexecutável, incompatível com os



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

preços de mercado, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

3.2.1. Se a Comissão Permanente de Licitação entender que o preço é inexequível, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço por meio de planilha de custos ou outros documentos.

3.2.2. Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais.

3.2.3. Considerar-se-á **inexequível** para fins de julgamento do presente certame, propostas cujo valor global seja **inferior a 70%** (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

3.2.3.1. A **média aritmética** dos valores das propostas **superiores a 50%** (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

4. Nesta licitação será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresários individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

4.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

4.2. A ME ou EPP poderá utilizar o seu direito de preferência, apresentando nova Proposta Comercial, se classificada dentro dos limites previstos no subitem anterior.

4.3. Se ME ou EPP não utilizar seu direito de preferência, não apresentando nova Proposta Comercial, e, tendo ocorrido empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á por sorteio, nos termos do art. 45, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, e não existindo entre as classificadas MEI, ME ou EPP, e o desempate far-se-á por sorteio, nos termos do art. 45, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

6. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes, e não será admitida proposta que apresente preço global ou unitário, simbólicos, irrisório ou de valor zero.

7. A Comissão Permanente de Licitação poderá, no julgamento das propostas, desconsiderarem evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem seu conteúdo.

8. As propostas apresentadas serão submetidas à apreciação do órgão requisitante para verificação do atendimento ao objeto licitado.

9. Uma vez abertas as propostas, não serão admitidos pedidos de retificação de preços (unitário), vantagens e outras condições oferecidas.

10. Será passível de desclassificação a proposta em desacordo com os termos deste Edital.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

11. A Comissão poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Consórcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia, ou ainda, de pessoa física ou jurídica estranha a ela, para orientar sua decisão.
12. Até a assinatura do Contrato poderá a autoridade desclassificar a licitante, em despacho motivado, sem direito a indenização ou ressarcimento, e sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que revele inidoneidade ou incapacidade financeira, técnica ou administrativa.

TÍTULO XIII - RECURSOS E CONTRA-RAZÕES

1. A licitante poderá apresentar recursos contra as decisões da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.
2. Interposto recurso, dele será dada ciência as demais licitantes, por meio de correio eletrônico (e-mail).
3. Os recursos e respectivas contra-razões deverão obedecer aos seguintes requisitos, **sob pena de não serem conhecidos**:
 - 3.1. Ser dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após a publicação dos resultados no Quadro de Avisos do *Hall* de Entrada da Sala da Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraipe, Teixeira de Freitas - Bahia.
 - 3.2. Ser dirigido à Autoridade Superior, nos casos de anulação ou revogação, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**.
 - 3.3. Ser apresentado em uma via original, datilografada ou impressa por processo eletrônico, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricados em todas as folhas e assinados **pelo representante legal ou credenciado** do licitante, **devidamente comprovado**.
 - 3.3.1. Os recursos e contra-razões poderão ser assinados por Advogado em situação regular perante a OAB, desde que seja juntada a Procuração outorgada e específica para este fim.
 - 3.4. Ser protocolizado na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraipe, Teixeira de Freitas - Bahia.
4. A Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por memoriais de recursos e contra-razões endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos da sala da Comissão Permanente de Licitações, Compras e Contratos, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.
5. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
6. Os recursos recebidos serão encaminhados à autoridade competente, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, que, reconsiderando ou



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

não sua decisão, o fará subir, devidamente informados, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

7. Os recursos serão decididos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
8. A decisão acerca de recurso interposto será comunicada a todos os licitantes por meio de e-mail, e, ainda, estará disponível na sala da Comissão de Licitações, Compras e Contratos.
9. Dos atos da Comissão Permanente de Licitação de Licitação ou da Autoridade Competente cabem "Recurso à Autoridade Superior", no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:
 - 9.1. Habilitação ou inabilitação do licitante.
 - 9.2. Julgamento das propostas.
 - 9.3. Anulação ou revogação da licitação.
 - 9.4. Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária para licitar ou multa.
 - 9.5. Rescisão unilateral do contrato pela Administração.
10. Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.
11. Pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, no caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.
12. A intimação dos atos referidos no Item 9 será feita mediante publicação no Diário Oficial do Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia, salvo para os casos previstos nos subitens 9.1 e 9.2, se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.
 - 12.1. O recurso previsto no item 9, subitens 9.1 e 9.2 terá efeito suspensivo.
 - 12.2. Interposto o recurso, este será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
13. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, tendo-o aceito sem objeção venha a apontar, depois da entrega dos envelopes "Documentação de Habilitação" e "Proposta Comercial", falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

TÍTULO XIV - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1. Inexistindo manifestação recursal ou decididos os recursos porventura interpostos, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o processo para a Autoridade Superior adjudicar o objeto ao licitante classificado em primeiro lugar e homologar o procedimento licitatório.
2. A Administração reserva-se o direito de adjudicar ou não, total ou parcialmente, o(s) serviço(s) incluído(s) nesta licitação, não havendo



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

qualquer compromisso com os proponentes nem direito a reclamação ou indenização, podendo acrescer ou suprimir o objeto original, respeitando-se o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

3. A Comissão apresentará ao Prefeito todo o processo de licitação, contendo parecer conclusivo para fins de homologação.
4. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para a assinatura do Contrato.
5. Se, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o licitante vencedor não manifestar interesse em atender a convocação, reservar-se-á à Administração o direito de optar pela adjudicação do segundo colocado e assim sucessivamente, em igual prazo e nas mesmas condições estabelecidas pelo primeiro, conforme previsto no art. 64, § 2º, da Lei Federal 8.666/93, ou ainda, relançar a licitação, sujeitando-se a licitante faltosa às sanções cabíveis e previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

TÍTULO XV – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

1. Homologado o procedimento licitatório, o representante legal da adjudicatária será convocado para a assinatura do contrato, conforme minuta constante do Anexo III.
2. Para fins de assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá estar com toda a documentação referente à habilitação em plena validade, o que será verificado através da apresentação dos documentos legais requeridos.
3. Após intimação por ofício, o licitante vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a assinatura do Contrato.
 - 3.1. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
4. A licitante contratada deverá em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, apresentar **garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, nos termos do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93**, sob pena de rescisão unilateral do contrato.
5. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidas, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.
 - 5.1. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades do Título XXVI deste Edital.
 - 5.2. O disposto no subitem anterior não se aplica aos licitantes convocados nos termos do artigo 64, § 2º da Lei 8.666/93 e suas



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

alterações posteriores, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao preço e prazo.

6. A CONTRATADA deverá indicar, no ato da assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, 1 (um) Preposto qualificado para representá-la perante o CONTRATANTE e para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, devendo este Preposto responder por todos os assuntos relativos ao contrato.
 - 6.1.0 Preposto deverá possuir o conhecimento e a capacidade profissional necessários para responder pela CONTRATADA, bem como ter autonomia e autoridade para resolver qualquer assunto relacionado com o objeto contratados.
7. O contrato a ser firmado com a licitante vencedora terá vigência de 12 (meses) a partir de sua assinatura tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato.
 - 7.1. Assim que o objeto do contrato for concluído, este encerrar-se-á automaticamente, independentemente de qualquer aviso ou notificação.
8. Os serviços objeto desta licitação deverão ser prestados dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas e práticas técnicas a eles pertinentes, conforme condições do Termo de Referência - Anexo I e da Minuta do Contrato, Anexo III do Edital.
9. O CONTRATANTE reserva para si o direito de alterar quantitativos, obedecido o disposto no artigo 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.
10. O contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia do CONTRATANTE, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.
11. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, ocorridas durante a vigência do contrato, deverão ser comunicadas ao CONTRATANTE e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras e princípios disciplinadores das licitações e contratos administrativos, ensejarão a rescisão do contrato.
12. O CONTRATANTE e a empresa poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos, e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.
13. O presente Edital fará parte integrante e inseparável do Contrato a ser firmado com a licitante vencedora, independente de transcrição.

TÍTULO XVI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Unidade: 0101 - Consócio Público - Construir



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

Proj/Ativ.: 4002 - Gestão das Ações Administrativas

Elemento: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

TÍTULO XVII - FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto, serão realizados pelos órgãos requisitantes.
2. O Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o contrato e ainda aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93.

TÍTULO XVIII - DO CONTRATO

1. O contrato obedecerá ao modelo padrão da Entidade licitante, conforme o já mencionado Anexo III, constante deste Edital.
2. Farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição:
 - a) O Edital de Licitação e seus anexos;
 - b) A proposta vencedora desta licitação, com todos os seus anexos;
3. A Entidade licitante poderá proceder a alterações contratuais nas condições previstas nos Arts. 58 e 65 da Lei Federal nº 8.666/93, com redação dada pelo art. 1º da Lei Federal nº 9.648/98.
4. Verificando-se caso de força maior ou caso fortuito, nos exatos termos do Código Civil Brasileiro, a CONTRATADA se obriga a comunicar, por escrito, ao CONTRATANTE a ocorrência do evento, suspendendo-se suas obrigações, enquanto perdurar tal situação.
 - 4.1. Findos os motivos que determinaram a força maior ou caso fortuito, o contrato estender-se-á por período de tempo necessário à total execução dos trabalhos, porém não superior ao número de dias que foram paralisados, observado o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.
5. Todas as despesas inerentes ao contrato correrão por conta da CONTRATADA.

TÍTULO XIX - DA RESCISÃO DO CONTRATO

1. O contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha, por isso, direito a qualquer indenização, nas seguintes hipóteses:
 - 1.1. Infringir qualquer das cláusulas ou condições do contrato.
 - 1.2. Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem a devida concordância e anuência do CONTRATANTE.
 - 1.3. Entrar em regime de concordata ou de falência, dissolver-se ou extinguir-se.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

- 1.4. Recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução do objeto, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo.
- 1.5. Deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações tributárias e sociais, quando solicitado.
2. O Contrato também poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à CONTRATADA, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.
3. Poderá ocorrer à rescisão do contrato, a ser celebrado em face do resultado da presente licitação, nos termos dos arts. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.
4. Configurada a rescisão do contrato, que vigorará a partir da data de sua comunicação à CONTRATADA, esta se obriga a entregar os serviços inteiramente desembaraçados, não criando obstáculos de qualquer natureza.
5. Havendo rescisão do contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, os trabalhos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, deduzindo do seu valor os débitos apurados a favor do CONTRATANTE.

TÍTULO XX - DOS RISCOS DA CONTRATADA

1. Todos os riscos de perdas e danos relativos à propriedade física e de acidentes pessoais e/ou morte que ocorram durante a execução do contrato e em consequência de tal execução, excetuando-se os riscos constantes da legislação brasileira, são de responsabilidade da CONTRATADA.

TÍTULO XXI - DOS RISCOS DO CONTRATANTE

1. O CONTRATANTE é responsável pelos riscos, excluídos os que:
 - a) Na medida em que afetarem direta ou indiretamente a execução dos serviços, forem riscos atribuíveis a casos fortuitos ou força maior previstos na legislação brasileira.
 - b) Se constituam em causa atribuível exclusivamente ao projeto dos serviços.

TÍTULO XXII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas, especificações e instruções da peça editalícia e seus anexos, e também as orientações da fiscalização da Secretaria requisitante.
2. Manter a frente dos trabalhos um responsável técnico com total poder para representá-la junto à fiscalização do CONTRATANTE.
3. Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não esteja atendendo a contento a fiscalização do CONTRATANTE.
4. Assegurar até o final da prestação dos serviços pelo CONTRATANTE a proteção e conservação de tudo que já tiver sido executado.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

5. Permitir e facilitar à fiscalização do CONTRATANTE, a inspeção dos serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pela mesma.
6. Informar à fiscalização do CONTRATANTE a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, sugerindo as medidas para corrigir a situação.
7. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade e estabilidade dos serviços que executar, sejam eles elaborados ou não pelo CONTRATANTE.
8. Só será aceita a substituição do(s) responsável(is) técnico(s) por outro(s) responsável(is) técnico(s) que preencha(m) todos os requisitos exigidos no "Documento H-5".
9. Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação dos serviços.
10. Manter a frente dos trabalhos um responsável técnico com total poder para representá-la junto à fiscalização do CONTRATANTE.
11. Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não esteja atendendo a contento a fiscalização do CONTRATANTE, devidamente justificada.
12. Abrir conta bancária específica, em qualquer agência, para fins de movimentação financeira advinda da execução do contrato.

TÍTULO XXIII - DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

1. Quando se fizer necessária mão-de-obra especializada na execução dos serviços contratados, exigir-se-á que esta seja previamente aprovada pelo CONTRATANTE.
2. As partes se submeterão, ainda, às disposições contidas nos arts. 66 a 72, 75 e 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

TÍTULO XXV - DOS PRAZOS DE INÍCIO E TÉRMINO DOS TRABALHOS E DO RECEBIMENTO DOS TRABALHOS

1. O contrato vigorará pelo prazo de 6 (seis) meses, sendo o prazo de execução será o constante no cronograma físico-financeiro a contar da data do recebimento da "Ordem de Início dos Serviços", expedida pela requisitante e o prazo de 05 (cinco) dias para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, nos termos do art. 73, inciso I, alínea "b" e § 3º da Lei 8.666/93.
 - 1.1. A CONTRATADA, depois de notificada pelo Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia de Teixeira de Freitas através da emissão da Ordem de Início dos Serviços, deverá acusar o seu recebimento, e no prazo máximo de 05 (cinco) dias deverão ser iniciados os serviços, sob pena das penalidades previstas no instrumento contratual (Anexo III).
2. Estes prazos não poderão ser prorrogados ou suspensos, salvo, por força maior ou caso fortuito, de conformidade com o Código Civil Brasileiro e com o art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente comunicado ao CONTRATANTE, ou por decisão expressa deste.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

3. O objeto do contrato será recebido pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

- a) Provisoriamente, através de Termo de Recebimento Provisório - TRP.
- b) Definitivamente, através de Termo de Recebimento Definitivo - TRD, mediante apresentação, pela CONTRATADA, da respectiva certidão de averbação.

3.1 O recebimento definitivo dar-se-á após o decurso de prazo necessário à observação ou vistoria que comprove adequação dos serviços executados aos termos contratuais e ainda, se existentes denúncias e/ou demandas judiciais, o recebimento definitivo dar-se-á após resolvidas questões suscitadas no âmbito do judiciário

TÍTULO XXVI - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento das obrigações contraídas neste Instrumento, a adjudicatária/CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas nas Seções I e II, do Capítulo IV, da Lei Federal nº 8.666/93, arts. 81 e 86 a 88.

2. Pela inexecução total ou parcial do contrato celebrado com o CONTRATANTE, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, obedecidos aos seguintes critérios:

2.1. Advertência.

2.2. Multa, nas seguintes condições:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos serviços não realizados.
- b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por infringência a qualquer cláusula ou condição contratual.
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor dos serviços na hipótese de rescisão do contrato por motivo imputado à CONTRATADA.

2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos nos que incorrerem nos ilícitos previstos abaixo:

2.3.1. admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, durante a execução do contrato celebrado com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;

2.3.2. incorrer em inexecução do contrato;

2.3.3. Frustrar, injustificadamente, licitação instaurada pela Administração;

2.3.4. cometer fraude fiscal;

2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior ou os que incorram nos ilícitos previstos abaixo:

- 2.4.1. haver concorrido, comprovadamente, para a consumação de ilegalidade, obtendo vantagem indevida ou se beneficiando, injustamente, das modificações ou prorrogações contratuais;
- 2.4.2. ensejar a sua contratação pela Administração, no prazo de vigência da suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade;
- 2.4.3. fraudar, em prejuízo da Administração, os contratos celebrados:
 - 2.4.3.1. elevando arbitrariamente os preços;
 - 2.4.3.2. vendendo, como verdadeiro e perfeito, bem falsificado ou deteriorado;
 - 2.4.3.3. entregando bem diverso do contratado;
 - 2.4.3.4. alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - 2.4.3.5. tornando, injustificadamente, mais oneroso o contrato;
3. O valor da multa aplicada, nos termos do item 2.2, alíneas "a", "b", "c" e "d", será descontado do valor da garantia prestada, ou retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente.
4. Constatada a ocorrência do descumprimento total ou parcial do contrato, que aponte a possibilidade de aplicação das sanções descritas nos itens 2.1 a 2.4, o servidor público responsável pelo atestado de prestação de serviços de recebimento parcial ou total da obra emitirá parecer técnico fundamentado e o encaminhará à Secretaria requisitante.
5. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas, após regular procedimento administrativo, garantindo o contraditório e ampla defesa nos termos da lei.
6. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos.
7. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Secretário requisitante, nos termos de lei, ou, de autoridade a ele equivalente, da qual cabe pedido de reconsideração, nos termos do inciso III do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
8. Em qualquer caso, será assegurada à adjudicatária/CONTRATADA a ampla defesa.

TÍTULO XXVII - PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias ou de acordo com a disponibilidade financeira, após a apresentação de nota fiscal / fatura



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

à Tesouraria, devidamente atestadas pelo servidor do órgão requisitante ou comissão encarregada da conferência das mesmas.

2. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.
3. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 480-SRF, de 15 de dezembro de 2004, assinada por seu (s) representante (s) legal (is), **em duas vias**.
4. Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 480-SRF, de 15 de dezembro de 2004.
5. Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às **retenções tributárias**.
6. O titular da conta bancária da licitante vencedora deverá ter o mesmo número de CNPJ da declaração de atendimento à exigência contida no art. 27, inciso V, da Lei n.º 8.666/93, e da proposta.
7. Os serviços serão pagos mediante o levantamento realizado em Boletim de Medição pela fiscalização do Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia conjuntamente com a contratada. Boletim de Medição é o procedimento inicial de pagamento de serviços contratuais parcelados. O levantamento de quantitativos é expresso no documento denominado Memória de Cálculo de Quantitativos.

TÍTULO XXVIII - DA CESSÃO E SUBEMPREITADA DO CONTRATO

1. A CONTRATADA para ceder ou subempreitar o contrato, deverá estar previamente autorizada pelo CONTRATANTE.
 - 1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretenso cessionário preencha todos os requisitos exigidos no Edital.
 - 1.2. A subempreitada poderá ocorrer da mesma forma, no todo ou em parte do contrato, assumindo a CONTRATADA, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com o CONTRATANTE.

TÍTULO XXIX - DO TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO DISPENSADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/06) E SUAS ALTERAÇÕES EM VIGOR

1. Na presente licitação, as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), devidamente enquadradas nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações em vigor, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição conforme art. 43 §§ 1º e 2º.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão de Licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 2., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8666/93.
4. Na ocorrência da hipótese prevista no dispositivo anterior, será facultado à Comissão de Licitação declarar vencedor do certame o licitante, efetivamente habilitado, que tenha apresentado a melhor proposta, ou revogar a licitação.
5. Em caso de empate entre as propostas apresentadas será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
6. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
7. Para efeito do disposto no item 5., ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
 - a. a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
 - b. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a", serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 20.2.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - c. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que se encontrem no intervalo estabelecido no item 20.2.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

TÍTULO XXX - DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A critério do Consórcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia a presente licitação poderá ser:
 - 1.1. É facultado à Comissão, adiar a data de recebimento das Propostas de Preços desta licitação, dando conhecimento aos licitantes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada.
 - 1.2. Revogada, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

- 1.3. Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 1.4. Ter o valor do Contrato aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposição no artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, sendo que a licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
- 1.5. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item 1.4, salvo supressões resultantes de acordos celebrados entre as partes contratantes.
2. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação da licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
3. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificados ou de envelopes "Proposta Comercial" de licitantes inabilitados.
4. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, a Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
5. Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
6. A Comissão Permanente de Licitação, no interesse do Consórcio Público Construir, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame e relevar omissões e erros formais, observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.
 - 6.1. Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pela Comissão Permanente de Licitação.
 - 6.2. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.
7. É facultado à Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligências

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente edital.

8. As decisões da autoridade superior e da Comissão Permanente de Licitação serão publicadas no Quadro de Avisos do *Hall* de Entrada da Sala da Comissão Permanente de Licitação, poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia.
9. A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
10. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO EXTREMO SUL DA BAHIA revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado para conhecimento dos licitantes.
11. As decisões da Comissão Permanente de Licitação somente serão consideradas definitivas após homologação pela Autoridade Superior.
12. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, que decidirá com base na legislação em vigor.
13. Maiores informações sobre a presente licitação e quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidos junto à Diretoria de Licitações, Compras e Contratos, no endereço e horário já definidos no preâmbulo deste edital.
14. Fica eleito o foro da Teixeira de Freitas - BA, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.
15. Os recursos e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:
 - 1.15. Ser dirigido ao Presidente da Comissão de Licitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata pela Comissão de Licitações, situada à Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraipe, Teixeira de Freitas - Bahia.
 - 1.16. Ser apresentado em uma via original, datilografada ou impressa por processo eletrônico, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricados em todas as folhas e assinados pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado.
 - 1.17. Os recursos e contrarrazões poderão ser assinados por Advogado em situação regular perante a OAB, desde que seja juntada a Procuração outorgada e específica para este fim.
 - 1.18. Ser protocolizado na sala da Comissão de Licitações, situada à Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

Caraípe, Teixeira de Freitas - Bahia.

16. Na contagem dos prazos estipulados na presente licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
17. A licitante e seu preposto **são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados** em qualquer fase do processo licitatório.
18. Quaisquer textos ou documentos **redigidos em língua estrangeira** somente serão considerados válidos se acompanhados da respectiva tradução para língua portuguesa feita por tradutor juramentado, de acordo com o disposto no Decreto n.º 13.609/43, que regulamenta o ofício de tradutor público.
19. É recomendável que todos os documentos de habilitação e a proposta comercial sejam numerados pelas licitantes, preferencialmente **na parte inferior das folhas**.
20. O Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia poderá revogar ou anular esta Licitação, nos termos do Art. 49 da Lei n.º 8.666/93.
21. Qualquer medida judicial oriunda da presente licitação será processada na Comarca de Teixeira de Freitas - BA, com expressa renúncia de outra, por mais privilegiada que seja.
22. É facultado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões, vedados a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originariamente do envelope de Proposta Comercial ou do envelope de Documentação de Habilitação.
23. Todas as decisões do Presidente da Comissão Permanente de Licitação serão comunicadas mediante publicação no(s) órgão(s) oficial(is) ao menos por 1 (um) dia, **salvo com referência àquelas que puderem ser feitas diretamente às licitantes ou aos seus representantes legais pelos meios disponíveis**.
24. A Comissão Permanente de Licitação, para fins de conferência, reserva-se o direito de exigir os originais de todos os documentos apresentados em fotocópias para esta licitação.
25. Para todas as referências de tempo contidas neste edital, será observado o horário local.
26. Outros esclarecimentos sobre a presente licitação poderão ser obtidos, pessoalmente junto a Secretaria da Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraípe, Teixeira de Freitas - Bahia, no horário de 08 às 11:30 horas.
27. Cópia do edital encontra-se à disposição para consulta pelos interessados, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraípe, Teixeira de Freitas - Bahia, no horário de 08 às 11:30 horas.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

28. As empresas interessadas em participar deste processo, deverão ficar atentas às possíveis alterações do edital, caso sejam necessárias, através de comunicado publicado nos órgãos oficiais e/ou através de seus endereços eletrônicos (e-mail) informados no recibo da retirada do edital.
29. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
30. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.
31. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após a abertura da sessão da presente licitação.
32. É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente os serviços o objeto deste processo licitatório, exceto com autorização expressa da administração pública municipal.
33. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesses públicos, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
34. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
35. A licitante se obriga a comparecer ao setor de contratos em até 5 (cinco) dias úteis, após convocação publicada no Diário Oficial do Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia - [Http://consorcioextremosul.ba.airdoc.com.br/](http://consorcioextremosul.ba.airdoc.com.br/), "Diário Oficial" e, subsidiariamente por e-mail.
36. As decisões da autoridade superiora e da Comissão Permanente de Licitação serão publicadas no Quadro de Avisos do *Hall* de Entrada da Sala da Comissão Permanente de Licitação e/ou no **Diário Oficial do Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia**, [Http://consorcioextremosul.ba.airdoc.com.br/](http://consorcioextremosul.ba.airdoc.com.br/), "Diário Oficial", se assim o exigir.
37. Fica eleito o foro da comarca de Teixeira de Freitas - BA, para dirimir eventuais litígios referentes a este processo.
38. Este Edital possui 61 (sessenta e uma) páginas numeradas, sendo:
 - a) Capa do Edital;



PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA N° 001-2022

- b) Índice do Edital;
- c) Normas da Licitação;
- d) Anexo I Caderno de especificações técnicas e memorial descritivo de obra;
- e) Anexo II Modelo - Proposta Comercial;
- f) Anexo III Minuta do Contrato de Execução de Serviços;
- g) Anexo IV Modelo - Carta de Credenciamento;
- h) Anexo V Modelo - Declaração de Conhecimento e Aceitação do Edital;
- i) Anexo VI Modelo - Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- j) Anexo VII Modelo - Declaração de Enquadramento de ME ou EPP;
- k) Anexo VIII Modelo - Termo de Compromisso de Responsabilidade Técnica;
- l) Anexo IX Modelo - Declaração art. 7º, XXXIII, C.F;

Teixeira de Freitas-BA, 09 de dezembro de 2022.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Eliedson Barbosa Santos
Presidente



PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA N° 001-2022

**ANEXO I – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E MEMORIAL DESCRITIVO
DE OBRA**

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NO MUNICÍPIO DE VEREDA-BA.

LOCAL: Distrito de Cruzeiro do Sul, Município de Vereda - Bahia.

OBJETIVO: Este caderno tem por objetivo descrever de forma clara as diretrizes e especificações dos serviços e materiais a serem empregados na execução de pavimentação asfáltica.

PROPOSTA n°: 036468/2021

SUMÁRIO

MEMORIAL DESCRITIVO

1. Considerações Gerais
2. Justificativa
3. Projeto Geométrico
4. Terraplenagem
- 4.1. METODOLOGIA ADOTADA
- 4.2. ELEMENTOS DO PROJETO
5. Projeto de Pavimentação
- 5.1. METODOLOGIA ADOTADA
- 5.2. ELEMENTOS DO PROJETO
6. Especificações de materiais e serviços

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Introdução
2. Serviços Técnicos-Profissionais
3. Execução dos Serviços
4. Normas
5. Materiais
6. Equipamentos
7. Mão de Obra
8. Assistência Técnica e Administrativa
9. Despesas Indiretas e Encargos Sociais
10. Condições de Trabalho e Segurança da Obra
11. Condições Gerais
12. Controle Tecnológico
13. Administração Local
14. Serviços Preliminares
 - o Placa de Obra
 - o Locação dos serviços
 - o Escavação e carga de material 1° categoria
 - o Transporte de material
 - o Base estabilizada granulometricamente
15. Pavimentação
 - o Imprimação ligante (Pinturas de Ligação)
 - o Execução do pavimento
 - o Carga de mistura asfáltica
16. Aquisição e Transporte de Material Betuminoso
17. Sinalização
 - o Sinalização Horizontal
 - o Sinalização Vertical
18. Abertura do Tráfego

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

MEMORIAL DESCRITIVO

O presente memorial, descreve os projetos que contemplam a implantação de infraestrutura de ruas no Distrito de Cruzeiro do Sul, Município Vereda - BA, sendo composto pelos projetos geométrico, pavimentação, drenagem superficial e sinalização.

Quadro da área de intervenção Item	Local	Logradouro
1	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA QUELEMENTE GONÇALVES VIANA - TR II
2	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA BELO HORIZONTE
3	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA JOÃO GUALBERTO
4	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA JOSÉ RESENDE DA SILVA
5	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA ABELAR PINHEIRO - TR I
6	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA ABELAR PINHEIRO - TR II
7	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA ABELAR PINHEIRO - TR III
8	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA CELSO DA SILVEIRA - TR I
9	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA CELSO DA SILVEIRA - TR II
10	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA CELSO DA SILVEIRA - TR III
11	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA JOAQUIM JOSÉ DA SILVA - TR I
12	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA JOAQUIM JOSÉ DA SILVA - TR II
13	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA JOAQUIM JOSÉ DA SILVA - TR III
14	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA RENÊ FERREIRA SANTANA - TR I
15	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA RENÊ FERREIRA SANTANA - TR II
16	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA ALTA VISTA
17	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA SEBASTIÃO LOUBEL - TR I
18	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA SEBASTIÃO LOUBEL - TR II
19	DISTRITO DE CRUZEIRO DO SUL	RUA SEBASTIÃO LOUBEL - TR II

1. Considerações Gerais

Vereda é um município localizado no Mesorregião Sul Baiano, com a população de 6.153 habitantes, segundo estimativa do IBGE para o ano de 2021, o IDHM é de 0,577 considerado médio.

2. Justificativa

O Distrito de Cruzeiro do Sul é a segunda maior localidade de Vereda, ficando atrás da Sede e possuindo a maior concentração populacional do município.

No que tange a malha rodoviária, mais de 70% de vias locais são pavimentadas em pedra (paralelepípedo) e não possui sinalização viária.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

Após a execução da rede de esgoto pelo município e conclusão da rede pluvial, optou-se pela execução de camada de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) para revestimento das vias do Distrito de Cruzeiros do Sul.

Finalizados os serviços de pavimentação será realizada a sinalização das vias com a implantação de placas e pintura de faixas.

3. Projeto Geométrico

O Projeto Geométrico foi concebido a partir do traçado original urbanístico e reconhecido pela equipe técnica do MUNICIPIO.

Na definição geométrica, os eixos projetados nos arruamentos foram parcelados em estacas equidistantes, com 20,00m umas das outras.

4. Terraplenagem

4.1. METODOLOGIA ADOTADA

Para elaboração do projeto que orientará a execução dos serviços de terraplanagem, foram cumpridas as seguintes etapas:

a) Análise da área a ser terraplenada, utilizando-se as plantas oriundas do nivelamento no eixo das ruas;

b) Visitas ao local, onde foram estudadas opções tecnicamente viáveis que condicionassem o projeto o mais possível ao terreno existente;

c) Verificação da drenagem existente e a executar, observando o correto recobrimento dos condutos;

d) Traçado dos perfis longitudinais das vias, levando em conta as declividades limites.

4.2. ELEMENTOS DO PROJETO

Integram o projeto de terraplanagem:

a) Projeto planilatemétrico;

b) Perfis longitudinais e seções transversais das vias.

5. Projeto de Pavimentação

5.1. METODOLOGIA ADOTADA

Para elaboração do projeto de pavimentação, cumpriu-se as seguintes etapas principais:

a) Análises das vias a serem pavimentadas;

b) Estudo topográfico;

c) Projeto de pavimentação das vias;

d) Estudo do escoamento superficial;

e) Opção pela pavimentação com camada asfáltica (CBUQ).

5.2. ELEMENTOS DO PROJETO

Integram o projeto de Pavimentação:

a) Projeto Geométrico;

b) Cortes, seções transversais e longitudinais;

c) Quadro resumo de quantidades.

6. Especificações de materias e serviços



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

Esse documento visa dotar de documentação normativa básica para execução de serviços e materiais, tendo em vista a sua correta execução, com base nas normas da ABNT. Os materiais a serem utilizados, deverão ser novos e de boa qualidade, em atendimento as especificações.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Introdução

Definir os critérios que orientam a execução, aceitação e medição dos serviços de construção de pavimentos em concreto betuminoso usinado à quente (CBUQ) em áreas para fins rodoviários.

As especificações a seguir têm por objetivo a fixação de condições técnicas gerais específicas, que serão obedecidas na execução dos serviços de pavimentação e fixar obrigações e direitos da Prefeitura Municipal e a empresa contratada, designados PREFEITURA e CONSTRUTORA respectivamente.

2. Serviços Técnicos-Profissionais

A fiscalização dos serviços ficará a cargo da PREFEITURA, sendo que esta terá livre acesso aos serviços empreitados e decidirá sobre a qualidade dos materiais e execução dos serviços, fixando normas nos casos não especificados. A mão de obra, bem como todo material aplicado, será sempre de qualidade, objetivando, assim, um acabamento perfeito e esmerado nos serviços, que somente serão aceitos nessas condições.

Todos os materiais aplicados na obra obedecerão às especificações descritas no Projeto ou neste material e submetido previamente, por escrito, à PREFEITURA para aceite.

3. Execução dos Serviços

A CONSTRUTORA deverá dar início aos serviços e obras dentro do prazo pré-estabelecido no contrato conforme a data da Ordem de Serviço expedida pela Prefeitura Municipal.

Os serviços contratados serão executados rigorosamente de acordo com estas Especificações, os desenhos e demais elementos neles referidos.

Serão impugnados pela Fiscalização todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais.

Ficará a CONSTRUTORA obrigada a demolir e a refazer os trabalhos impugnados logo após a oficialização pela Fiscalização, ficando por sua responsabilidade exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.

A CONSTRUTORA será responsável pelos danos causados a Prefeitura e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia e omissão.

- Rolo compressor liso "chapa" de 10t a 12t;
- Rolo compressor de pneumático autopropulsionado de 10t a 15t;

Será mantido pela CONSTRUTORA, perfeito e ininterrupto serviço de vigilância nos recintos de trabalho, cabendo-lhe toda a responsabilidade por quaisquer danos decorrentes de negligência durante a execução das obras, até a entrega definitiva.

A utilização de equipamentos, aparelhos e ferramentas deverá ser apropriada a cada serviço, a critério da Fiscalização e Supervisão.

A CONSTRUTORA tomará todas as precauções e cuidados no sentido de garantir inteiramente a estabilidade de prédios vizinhos, canalizações e redes que possam ser atingidas, pavimentações das áreas adjacentes e outras propriedades de terceiros, e ainda a segurança de operários e transeuntes durante a execução de todas as etapas da obra.

4. Normas

São parte integrante deste caderno de encargos, independentemente de transcrição, todas as normas (NBR's) da Associação Brasileira de Normas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

Técnicas (ABNT), bem como as Normas do DNIT e DER/BA, que tenham relação com os serviços objeto do contrato.

5. Materiais

Todo material a ser empregado na obra será de primeira qualidade e suas especificações deverão ser respeitadas. Quaisquer modificações deverão ser autorizadas pela fiscalização.

Caso julgue necessário, a PREFEITURA e Supervisão poderão solicitar a apresentação de certificados de ensaios relativos a materiais a serem utilizados e o fornecimento de amostras dos mesmos.

Os materiais adquiridos deverão ser estocados de forma a assegurar a conservação de suas características e qualidades para emprego nas obras, bem como a facilitar sua inspeção. Quando se fizer necessário, os materiais serão estocados sobre plataformas de superfícies limpas e adequadas para tal fim, ou ainda em depósitos resguardados das intempéries.

De um modo geral, serão válidas todas as instruções, especificações e normas oficiais no que se refere à recepção, transporte, manipulação, emprego e estocagem dos materiais a serem utilizados nas diferentes obras.

6. Equipamentos

Equipamentos básicos para a execução da camada de pavimento com peças pré-moldadas de concreto compreende as seguintes unidades:

- Vibro acabadora de asfalto;
- Caminhão basculante 10m³;
- Caminhão basculante 14m³;
- Caminhão irrigador com barra distribuidora e/ou espargidor;
- Moto niveladora 120 ou 140hp;
- Placa vibratória (sapo) compactadora a gasolina, para locais inacessíveis ao rolo compactador;
- Outras ferramentas, tais como: pás, picaretas, carrinhos de mão, régua, nível de pedreiro, cordões, ponteiros de aço, vassouras, alavanca de ferro, soquetes manuais ou mecânicos, placas vibratórias e outras.

7. Mão de Obra

A CONSTRUTORA manterá na obra engenheiros, mestres, operários e funcionários administrativos em número e especialização compatíveis com a natureza dos serviços, bem como materiais em quantidade suficiente para a execução dos trabalhos.

Todo colaborador da CONSTRUTORA deverá possuir habilitação e experiência para executar, adequadamente, os serviços que lhes forem atribuídos.

Qualquer empregado da CONSTRUTORA ou de qualquer subcontratada que, na opinião da Fiscalização, não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos, deverá, mediante solicitação por escrito da Fiscalização, ser afastado imediatamente.

8. Assistência Técnica e Administrativa

Para perfeita execução e completo acabamento das obras e serviços, a CONSTRUTORA se obriga, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária ao andamento conveniente dos trabalhos.

9. Despesas Indiretas e Encargos Sociais

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

Ficará a cargo da CONSTRUTORA toda a despesa referente à mão-de-obra, material, transporte, leis sociais, licenças, enfim multas e taxas de quaisquer naturezas que incidam sobre a obra.

A obra deverá ser registrada obrigatoriamente no CREA-BA em até cinco (05) dias úteis a partir da expedição da ordem de serviço pela Prefeitura Municipal devendo serem apresentadas as cópias da ART, devidamente protocolada no CREA-BA e Comprovante de Pagamento da mesma.

10. Condições de Trabalho e Segurança da Obra

Caberá a CONSTRUTORA o cumprimento das disposições no tocante ao emprego de equipamentos de "segurança" dos operários e sistemas de proteção das máquinas instaladas no canteiro de obras. Deverão ser utilizados capacetes, cintos de segurança luvas, máscaras, etc., quando necessários, como elementos de proteção dos operários. As máquinas deverão conter dispositivos de proteção tais como: chaves apropriadas, disjuntores, fusíveis, etc.

Deverá ainda, ser atentado para tudo o que reza as normas de regulamentação "NR-18" da Legislação, em vigor, condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção Civil.

Em caso de acidentes no canteiro de trabalho, a CONTRATADA deverá:

- o Prestar todo e qualquer socorro imediato às vítimas;
- o Paralisar imediatamente as obras nas suas circunvizinhanças, a fim de evitar a possibilidade de mudanças das circunstâncias relacionadas com o acidente; e
- o Solicitar imediatamente o comparecimento da FISCALIZAÇÃO no lugar da ocorrência, relatando o fato.

A CONSTRUTORA é a única responsável pela segurança, guarda e conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios e, ainda, pela proteção destes e das instalações da obra.

A CONSTRUTORA deverá manter livres os acessos aos equipamentos contra incêndios e os registros de água situados no canteiro, a fim de poder combater eficientemente o fogo na eventualidade de incêndio, ficando expressamente proibida a queima de qualquer espécie de madeira ou de outro material inflamável no local da obra.

No canteiro de trabalho, a CONSTRUTORA deverá manter diariamente, durante as 24 horas, um sistema eficiente de vigilância efetuado por número apropriado de homens idôneos, devidamente habilitados e uniformizados, munidos de apitos, e eventualmente de armas, com respectivo "porte" concedido pelas autoridades policiais.

11. Condições Gerais

Não é permitida a execução dos serviços em dia de chuva.

A camada de pavimentação em CBUQ só deverá ser executada quando a camada subjacente estiver liberada quanto aos requisitos de aceitação de materiais e execução.

A superfície deve estar perfeitamente limpa, desempenada e sem excessos de umidade antes da execução do pavimento de com peças pré-moldadas de concreto.

Durante todo o tempo que durar a execução do pavimento, os serviços devem ser protegidos contra a ação destrutiva das águas pluviais, do trânsito e de outros agentes que possam danificá-los. É obrigação da executante a responsabilidade desta conservação.

A base da camada do pavimento deve ser drenada, interligando o coxim de areia grossa ou pó de pedra à rede de drenagem, ou aos drenos laterais da via, a fim de permitir o escoamento d'água.

12. Controle Tecnológico

Caberá à empresa vencedora da licitação os ensaios/laudos que comprovem a composição requerida do CBUQ e submetê-los à apreciação da Fiscalização da



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

Prefeitura Municipal, em cada Boletim de Medição que contenha serviços de base e aplicação de CBUQ.

A não apresentação dos controles tecnológicos sobre qualidade, resistência e deflexão da base e do pavimento, poderá ocasionar em glosa total do boletim de medição.

13. Administração Local

Engenheiro Civil: Para o gerenciamento da obra deverá estar disponível na obra um profissional engenheiro civil que deverá ter total domínio da obra para acompanhamento geral, estar disponível para qualquer dúvida que o encarregado da obra solicitar, além da disponibilidade de contato sempre quando for necessário.

Encarregado de Obra: Será de extrema importância um encarregado geral da obra fiscalizando e acompanhando toda e qualquer execução de serviço expresso.

14. Serviços Preliminares

o Placa de Obra

As placas relativas às obras serão fornecidas pela contratada de acordo com modelos definidos pela CONTRATANTE, devendo ser colocadas e mantidas durante a execução da obra em locais indicados pela fiscalização.

A placa de obra será confeccionada em chapa galvanizada n. 26, adesivada, dimensão = 3,60m de largura x 1,80m de altura (6,48 m²). Instalada em barrote 6x6cm, madeira mista serrada - 0,0036 m³/m.

Concluída a obra, a fiscalização decidirá o destino da placa, podendo exigir a permanência dela fixada ou o seu recolhimento, pela contratada, ao escritório local da contratante.

As placas relativas às responsabilidades técnicas pelas obras ou serviços, exigidas pelos órgãos competentes, serão confeccionadas e colocadas pela contratada, sem ônus para a contratante.

Outros tipos de placas da contratada, subcontratada, fornecedores de materiais e/ou equipamentos, prestadores de serviços, etc., poderão ser colocados com a prévia autorização da fiscalização e da contratante.

o Locação dos serviços

A locação da pavimentação deverá ser realizada pela CONSTRUTORA, por profissional técnico qualificado, objetivando-se o perfeito posicionamento, alinhamento e nivelamento dos serviços a serem implementados. Quaisquer alterações nos traçados estabelecidos, por eventuais circunstâncias não previstas no projeto, deverão ser previamente comunicadas à fiscalização da PREFEITURA, para análise.

o Escavação e carga de material 1º categoria

Será providenciada, a cargo da PREFEITURA, a limpeza do terreno, como capina, deslocamento e remoção de entulhos, para a perfeita execução dos serviços projetados.

Serão executadas, a cargo da CONTRATADA, as movimentações de terra adequadas para a correta execução da obra (escavação, regularização e compactação de subleito), respeitando-se os padrões necessários de técnica e qualidade.

Será realizada a escavação, carga e descarga do material a ser utilizado na mistura da base estabilizada. O mesmo será proveniente de jazida localizada no município, conforme informado no projeto básico, sendo o cascalho extraído de qualidade boa qualidade e indicado para sua compactação do solo, apresentando boa resistência. O material será aplicado na Rua Sebastião Loubel - TR III. As demais vias já possuem material de base pronto. As quantidades estão dispostas nas peças gráficas e memorial de cálculo da obra.

o Transporte de material

Foi considerado o transporte do material da cascalheira até o início da zona urbana do município, sendo que o mesmo será realizado com caminhões basculantes de 10m³. A depender da disponibilidade da época, os mesmos deverão passar por vistoria, e estar em plenas condições de circulação, tanto na parte mecânica,

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

quanto da parte de documentação, sendo a contratada, responsável por qualquer prejuízo que vier acontecer a terceiros.

A pedreira na qual será realizada a extração do material localiza-se à 94km do local da obra.

o Base estabilizada granulometricamente.

A base será executada somente na Rua Sebastião Loubel - TR III, sendo que os demais trechos que constam em projeto possuem base existente em paralelepípedo, conforme detalhado no Projeto de Pavimentação (Prancha 4/6).

O material aplicado será aplicado após usinagem do cascalho extraído e solo, sendo na proporção de 50%-50%. Após transporte e espalhamento do material, o mesmo deverá ser compactado a uma espessura mínima de 11cm. Durante o processo o solo compactado deverá ser umedecido, visado um melhor preenchimento dos vazios.

15. Pavimentação

o **Imprimação ligante (Pinturas de Ligação)**

A distribuição (banho) do ligante diluído deverá ser efetuada com equipamento provido com bomba reguladora de pressão, que permita a aplicação do produto em quantidade uniforme. Os equipamentos distribuidores, especialmente construídos, devem ser providos de dispositivos de aquecimento, tacômetro, calibradores e termômetro, barra espargidora com dispositivo de ajustamentos verticais e larguras variáveis, e ainda dispor de barra de espargimento manual. A pista (base compactada) deverá ter a superfície varrida (eliminar material solto) e ser levemente umedecida. A taxa de aplicação deverá ser determinada experimentalmente no canteiro de obra, sendo definido a que pode ser absorvida pela base em 24 horas. As taxas usuais são da ordem de 1,0 a 1,4 L/m², conforme o tipo de material e textura constituinte da base. A mistura não deve ser distribuída quando a temperatura ambiente for inferior a 10°C ou em dias de chuva.

o **Execução do pavimento**

O revestimento asfáltico (capa) consistirá de uma camada de concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), com espessura de 4,0cm (com compactação). A composição da mistura da massa asfáltica, do tipo CBUQ, deverá ser uniforme de agregados e cimento asfáltico do tipo CAP-50/70, no teor de 5,6% de CAP-50/70. A mistura de agregados para o concreto asfáltico (CBUQ) a ser utilizado deverá estar enquadrada na faixa "A" das especificações gerais do DNIT, conforme quadro a seguir:

POL.	PENEIRA MM	% PASSANDO EM PESO
½	12,7	100
3/8	9,52	80-100
Nº 4	4,76	55-75
Nº 8	2,38	35-50
Nº 30	0,59	18-29
Nº 50	0,257	13-23
Nº 100	0,249	8-16
Nº 200	0,074F	4-10

O Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ) será produzido na usina de asfalto à quente, atendendo aos requisitos especificados. Ao sair do misturador, a massa deve ser descarregada diretamente nos caminhões basculantes e transportada para o local de aplicação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

Os caminhões utilizados no transporte deverão possuir lona para proteger e manter a temperatura da mistura asfáltica a ser aplicada na obra. A descarga da mistura será efetuada na caçamba de uma vibro acabadora de asfalto, a qual irá proceder ao espalhamento na pista que deverá ter como objetivo a pré-conformação da seção de projeto e deverá permitir que a espessura mínima seja de 4,00 (quatro) centímetros.

Em conjunto com a vibro-acabadora, a fim de compactar o revestimento de CBUQ executado, deverá atuar o rolo pneumático autopropulsionado de pressão variável, cujos pneumáticos deverão ter suas respectivas pressões internas aumentadas gradativamente, com o suceder das passadas. Como unidade de acabamento, utilizando rolo metálico, tipo tandem.

A temperatura para a compactação da massa asfáltica na pista deverá ser de 150° (cento e cinquenta graus), sendo indispensável a utilização de termômetro adequado durante a compactação na pista, para fins de fiscalização.

o Carga de mistura asfáltica

Será realizada a da mistura asfáltica em caminhão basculante com capacidade de 10m³, para posterior transporte.

16. Aquisição e Transporte de Material Betuminoso

Após usinagem do CBUQ, o mesmo será transportado da usina até a área a ser aplicado. A usina referenciada encontra-se na cidade de Teixeira de Freitas

17. Sinalização

o Sinalização Horizontal

A planta gráfica apresenta os locais onde deverão ser demarcadas as faixas de Eixo e Bordos (direito e esquerdo). A faixa central será pintada na cor amarela e as faixas de bordo serão na cor branca.

Serão executadas faixas de pedestre e retenção, com dimensões e especificações contidas no Projeto de Sinalização (Prancha 2/6).

o Sinalização Vertical

Serão instaladas placas de SINALIZAÇÃO VIÁRIA nos locais apresentados na planta gráfica. Deverão ser de chapa galvanizada obedecendo obrigatoriamente às dimensões, cores e local de fixação constante neste projeto e nas Normas Técnicas.

Serão executadas placas de identificação de logradouro com dimensão de 20x35cm, conforme locação no Projeto de Sinalização (Prancha 2/6).

18. Abertura do Tráfego

Durante todo o período de construção do pavimento, devem ser construídas valetas provisórias, com a finalidade de desviar as águas de chuva. E não deve ser permitido o tráfego sobre a pista em execução.

Sob a responsabilidade da executante, eventualmente, deve ser liberado o trecho ao tráfego por prazo não inferior a dez dias, para que se processe devidamente o adensamento do material de enchimento.

A obra será entregue em perfeito estado de limpeza e conservação.

Todo entulho gerado deverá ser removido do terreno pela CONSTRUTORA.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 - CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

EM PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE**PROPOSTA COMERCIAL**

PROCESSO Nº 194/2022

CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

Dados da Proponente	Preenchimento pelo Proponente
Razão Social	
CNPJ	
Endereço, nº, Bairro, Cidade / UF	
Telefone/Fax	
E-mail da Licitante	
Dados Bancários	
Banco	
Agência	
Conta Corrente	
Signatário (para assinatura do contrato)	
Nome	
Estado Civil	
Identidade	
CPF	
Nacionalidade	

Objeto:

Contratação de empresa especializada para reconstrução de três pontes de concreto na estrada vicinal que liga Cruzeiro do Sul (Vereda) a Jucuruçu, conforme especificações constantes neste edital e seus anexos, para atender as necessidades dos municípios pertencentes ao CONSÓRCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO EXTREMO SUL DA BAHIA - CONSTRUIR.

Valor Global: R\$

Valor por extenso:

Item	Descrição dos Serviços	Qtd	Vlr Unit.	Valor Total

R\$

- 1) **Planilha detalhada:** em conformidade com o - Anexo I do Edital, e são partes integrantes da presente proposta.



PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA N° 001-2022

- 2) **Preço:** Nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, fretes e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre os serviços da presente licitação.
- 3) **Prazo início:** Imediato, após a assinatura do contrato.
- 4) **Execução:** Será em conformidade com o solicitado e especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.
- 5) **Prazo de validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura dos envelopes.
- 6) **Declarações:**
 - a) **Declaramos** o pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidos na peça editalícia e em seus anexos.

Teixeira de Freitas, _____ de _____ de 2022.

Razão Social / CNPJ
Nome do representante legal
N° do RG do Representante Legal

Observações importantes:

- a) Não serão aceitas propostas manuscritas, tão pouco aquelas preenchidas em formulários sem o timbre da empresa proponente.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

MINUTA DE CONTRATO Nº _____ / 2022

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO EXTREMO SUL DA BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS-BA E O VENCEDOR DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA – Edital nº 001-2022”.

O Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 11.175.842/0001-09, com sede administrativa Rua Jardim de Alá, 16G, esquina com a Rua Sr. José Siloti, Jardim Caraipe, Teixeira de Freitas – BA, neste ato representado pelo Presidente o Senhor Manrick Gregorio Prates Teixeira, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, situada no endereço, nº, bairro, cidade, estado doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr., profissão, inscrito no CPF nº, residente e domiciliada no endereço..... nº bairro, cidade estado, por acharem entre si, justo e acertado o presente Contrato Administrativo, pelas cláusulas e condições descritas no presente contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGALIDADE

1. O presente contrato administrativo tem como base legal o Processo Licitatório na Modalidade CONCORRENCIA PUBLICA nº 001-2022, Processo Administrativo nº 194/2022, e ainda, a Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, e pelas normas contidas no Edital do certame e seus Anexos, que são partes integrantes desta avença, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato, **CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIAL ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO E O RECAPEAMENTO ASFÁLTICO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

NO MUNICÍPIO DE VEREDA, NO ESTADO DA BAHIA, CONFORME CONVÊNIO Nº 2.447.00/2021, planilha orçamentária, em conformidade com o Anexo I – Planilha Orçamentária, do edital licitatório TP nº 001-2022, Processo Administrativo nº 194/2022 e nas condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

1. As partes atribuem a este Contrato, para efeitos de direito, o preço global de R\$ _____ (_____) o qual será pago na forma de medição mensal, conforme disposto nas cláusulas décima quarta e décima quinta, por meio de depósito bancário na Conta Corrente nº _____, da Agência _____, do Banco _____, em nome da CONTRATADA.
2. O valor definido nesta cláusula inclui **todos os custos operacionais pela prestação dos serviços objeto desse contrato**, tais como os tributos eventualmente devidos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, frete, bem como as demais despesas diretas e indiretas, seguros em geral, de modo a constituir a única contraprestação pela execução do serviço objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. O valor do presente contrato será fixo e irreajustável até o final do período de 12 (doze) meses a partir da data da apresentação das propostas.
2. Na hipótese de sobrevirem fatos retardadores da execução do serviço, que façam prolongar o prazo além dos 12 (doze) meses, desde que comprovadamente não haja culpa da CONTRATADA, fica estipulado o índice de reajuste abaixo especificado para correção dos preços dos serviços remanescentes.
3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração dos serviços, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
 - 3.1. Em caso de revisão contratual, o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste, ou de nova revisão, será a data em que a anterior revisão tiver ocorrido.
 - 3.2. Em caso de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a data de concessão do reequilíbrio será aquela do protocolo de apresentação do pedido pela CONTRATADA.
4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

5. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, deverá a CONTRATADA demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha detalhada de custos e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc.), que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.
6. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após análise técnica do CONTRATANTE, porém contemplará os quantitativos remanescentes a partir da data do protocolo do pedido no protocolo Geral do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas referentes ao presente Contrato foram previamente empenhadas e processadas por conta de verba própria do orçamento vigente, sob a seguinte rubrica:

Unidade: 0101 - Consócio Público - Construir

Proj/Ativ.: 4002 - Gestão das Ações Administrativas

Elemento: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

2. Caso os serviços ultrapassem o exercício atual, nos exercícios seguintes as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programa, ficando o CONTRATANTE obrigado a apresentar no início de cada exercício a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

1. O contrato vigerá pelo prazo de 12 (meses), a contar da data da assinatura do contrato e o prazo de 05 (cinco) úteis para o início da prestação dos serviços, sob pena das penalidades previstas na cláusula décima sétima do instrumento contratual.
2. Estes prazos não poderão ser prorrogados ou suspensos, salvo, por força maior ou caso fortuito, de conformidade com o Código Civil Brasileiro e com o art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente comunicado ao CONTRATANTE, ou por decisão expressa deste.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DE PRAZOS

1. Os prazos de início e término dos serviços poderão ser prorrogados, por aditivo contratual, se comprovadamente ocorrerem às circunstâncias a seguir descritas:
 - 1.1. Alteração do projeto ou especificações, pelo CONTRATANTE.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

- 1.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.
- 1.3. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do CONTRATANTE.
- 1.4. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 1.5. Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro, reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência.
- 1.6. Omissão ou atraso de providências a cargo do CONTRATANTE, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

CLÁUSULA OITAVA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

1. Os serviços contratados serão executadas na forma de execução indireta em regime de empreitada por preço unitário (Inciso VII, Art. 6º da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. A CONTRATADA obriga-se a:
 - 1.1. Apresentar os seguintes comprovantes, cujas taxas deverão ser pagas pela CONTRATADA, após a assinatura do presente Contrato:
 - 1.2. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, objeto do Contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado.
 - 1.3. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
 - 1.4. Submeter à fiscalização, previamente e por escrito, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos.
 - 1.5. Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pelo CONTRATANTE.
 - 1.6. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pelo CONTRATANTE, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.
 - 1.7. Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
 - 1.8. Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, bem como pela contratação de seguro contra riscos de acidentes de trabalho e



PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA N° 001-2022

outras obrigações inerentes à execução dos serviços ora contratados.

1.9. Iniciar serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura do contrato.

1.10. A licitante se obriga a comparecer ao setor de contratos em até 5 (cinco) dias úteis, após convocação publicada no Diário Oficial do Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia - [Http://consorcioextremosul.ba.airdoc.com.br/](http://consorcioextremosul.ba.airdoc.com.br/), "Diário Oficial" e, subsidiariamente por e-mail.

1.11. Cumprir integralmente tudo que determina o Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. A CONTRATANTE obriga-se a:

1.1. Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.

1.2. Promover o apontamento e atestar os serviços executados.

1.3. Efetuar os pagamentos devidos, nos termos da cláusula terceira c/c clausula décima terceira do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

1. Integram o presente Contrato, como se aqui estivessem transcritos:

1.1. Anexo I :

1.2. Documentos emitidos pela Licitante:

1.2.1. Proposta vencedora, do Processo Administrativo n° 194/2022;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. A CONTRATADA apresentará a fatura correspondente com os valores mensais devidos, a qual terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para aprová-la ou rejeitá-la.

2. A fatura não aprovada será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 1 desta cláusula, a partir da data de sua reapresentação.

3. O CONTRATANTE somente efetuará o pagamento dos valores devidos, após comprovação do recolhimento da contribuição previdenciária (INSS), nos termos do artigo 31 da Lei Federal n° 8.212/91, de 24/07/1991 e alterações posteriores.

4. O CONTRATANTE efetuará a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, quando o imposto for devido neste Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia, de acordo com Código Tributário Municipal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

5. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da nota fiscal/fatura será suspensa para que a CONTRATADA tome as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerado, para efeito de pagamento, a data de reapresentação do documento em questão, corrigido e atestado.
6. Os preços são fixos e somente reajustáveis na forma da lei mediante autorização do Consórcio Público Construir. Nos preços unitários propostos deverão estar inclusos todos os custos com salários (inclusive as remunerações decorrentes da prestação dos serviços em horas extras por parte dos empregados da contratada), encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, gratificação, fardamento, alimentação, transporte de qualquer natureza, procedimentos de sinalização e segurança do seu pessoal, de equipamentos e de terceiros e de todos os demais requisitos legais de segurança e medicina do trabalho administrativo, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento, pela contratada de suas obrigações, inclusive todos os custos com fornecimento de materiais e demais insumos das obras e serviços a serem realizados.
7. Não serão aceitas cobrança posterior de qualquer tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura da licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto deste contrato, na forma da lei.
8. Em nenhuma hipótese o CONTRATANTE pagará serviços adicionais executados pela CONTRATADA, que não tenham sido prévia e expressamente autorizados, através de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

1. O CONTRATANTE, por meio da Consórcio Público Construir, efetuará a fiscalização dos serviços a qualquer instante e nos termos estabelecidos no Anexo I e das cláusulas constantes do edital licitatório.
2. No desempenho de suas atividades é assegurado, ao órgão fiscalizador, o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições, inclusive solicitando à CONTRATADA, sempre que julgar conveniente, informações sobre o seu andamento.
3. O CONTRATANTE, por meio do preposto Elismara Santos de Jesus e o suplente Alison Rocha de Albuquerque, nomeados através da Portaria nº 002/2022, efetuará a fiscalização e controle dos serviços a qualquer instante e nos termos estabelecidos no Anexo I e das cláusulas constantes do edital licitatório.
4. No desempenho de suas atividades é assegurado, ao órgão fiscalizador, o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições, inclusive solicitando à CONTRATADA, sempre que julgar conveniente, informações sobre o seu andamento.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

5. A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela e boa técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

1. No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato será observado, no que couber, a disposição contida nos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PESSOAL

O pessoal que a CONTRATADA empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com o CONTRATANTE e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos.

1. No caso de vir o CONTRATANTE a ser acionado judicialmente, a CONTRATADA o ressarcirá de toda e qualquer despesa que, em decorrência disso, venha a desembolsar.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, de acordo com a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93:

1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente;

1.2. 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

1.3. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte dos serviços não realizados;

1.4. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte dos serviços não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

1.5. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia de Teixeira de Freitas, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nas hipóteses de a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; ou der causa à inexecução total ou parcial do contrato;

1.6. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no caso de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude.

1.6.1. Nos casos de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá depois de decorrido o prazo de 05 (cinco) anos da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

1.7. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos abaixo:

1.7.1. haver concorrido, comprovadamente, para a consumação de ilegalidade, obtendo vantagem indevida ou se beneficiando, injustamente, das modificações ou prorrogações contratuais;

1.7.2. ensejar a sua contratação pela Administração, no prazo de vigência da suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade;

1.7.3. fraudar, em prejuízo da Administração, os contratos celebrados:

1.7.3.1. elevando arbitrariamente os preços;

1.7.3.2. vendendo, como verdadeiro e perfeito, bem falsificado ou deteriorado;

1.7.3.3. entregando bem diverso do contratado;

1.7.3.4. alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

1.7.3.5. tornando, injustificadamente, mais oneroso o contrato;

1.7.4. A declaração de inidoneidade será aplicada, após processo administrativo regular, às empresas e aos profissionais que:

1.7.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude no recolhimento de quaisquer tributos;

1.7.4.2. tenham praticados atos ilícitos, visando a frustrar os princípios e objetivos da licitação;

1.7.4.3. demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a administração, em virtude de atos ilícitos praticados;

1.7.4.4. tenham sofrido condenação definitiva por atos de improbidade administrativa, na forma da lei.

1.7.5. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometido pelo licitante ou contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

1.7.6. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento ou prestação do serviço, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério do Consórcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA N° 001-2022

- 1.7.7. A declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Prefeito ou de quem dele receber delegação, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
2. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.
 3. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a CONTRATADA de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao CONTRATANTE.
 4. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado e comprovado. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

1. A CONTRATADA deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial, deste Contrato, enseja sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n° 8.666/93.
2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
3. A rescisão deste Contrato poderá ser:
 - 3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal 8.666/93; ou
 - 3.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; ou
 - 3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
5. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados ao CONTRATANTE os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA LICITAÇÃO

1. Para a execução da obra, objeto deste Contrato, realizou-se licitação **CONCORRENCIA PUBLICA n° 001-2022**, regime **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujos atos encontram-se no competente **PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 194/2022**, em nome da **Consórcio Público Construir**.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA VINCULAÇÃO

1. O presente Contrato vincula-se ao instrumento convocatório da licitação e à proposta da licitante vencedora e todos os demais anexos, do Processo Administrativo nº 194/2022.

CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. Aplica-se a este Contrato e nos casos omissos, o disposto na Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações.

CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

1. O ISS devido pela CONTRATADA à Fazenda Pública Municipal, em razão do faturamento de serviços abrangidos por este Contrato, deverá ser retido na fonte pagadora por se tratar de responsabilidade tributária por definição legal, na ocasião do pagamento da Nota Fiscal/Fatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

1. As partes elegem o foro da Comarca de Teixeira de Freitas/Prado -BA, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer questão contratual não resolvida administrativamente.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente CONTRATO, fruto da CONCORRENCIA PUBLICA nº 001-2022, Processo Administrativo nº 194/2022, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Teixeira de Freitas, ____ de _____ de 2022.

**CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE
INFRAESTRUTURA DO EXTREMO SUL DA BAHIA DE
TEIXEIRA DE FREITAS-BA**

EMPRESA SIGNATÁRIA DO CONTRATO

CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTRUIR

**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
CARGO NA EMPRESA**

TESTEMUNHAS :

a) _____

Nome:

Identidade:

b) _____

Nome:

Identidade:



PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA N° 001-2022

ANEXO IV – MODELO – CARTA DE CREDENCIAMENTO

CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 194/2022 – EDITAL N° 001-2022

Através da presente credenciamos o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n° e CPF sob o n°, a participar do certame instaurado pelo Consórcio Público Construir, conforme acima identificado, outorgando-lhe poderes para representar a empresa, inscrita no CNPJ sob o n°, com endereço à, n°, bairro cidade de, estado da, concedendo-lhe poderes específicos para rubricar propostas e demais documentos de habilitação e credenciamento das demais licitantes, formular propostas, interpor recursos e impugnações, receber notificação, tomar ciência de decisões, recorrer, desistir da interposição de recursos, acordar, transigir, assinar atas do certame, enfim, praticar todo e qualquer ato necessário à perfeita representação ativa da outorgante no procedimento licitatório em referência, aos quais daremos por firme e valioso.

Local e data: _____, _____ de _____ de 2022.

Carimbo e assinatura: _____

Observações Importantes:

Reconhecer firma de quem assinou a carta de credenciamento.

Entregar, juntamente com a carta de credenciamento, a cópia simples da cédula de identidade do representante designado.

A carta escrita no modelo acima deverá ser entregue fora dos envelopes relacionados no Edital, juntamente com uma cópia autenticada do Contrato Social ou Instrumento de Procuração que comprove a legitimidade de poderes da pessoa que tiver assinado o credenciamento.

Não serão aceitas declarações manuscritas, tão pouco aquelas preenchidas em formulários sem o timbre da empresa proponente.



PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA N° 001-2022

ANEXO V – MODELO – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 194/2022 – EDITAL N° 001-2022

A empresa, inscrita no CNPJ sob o n°, com endereço à, n°, bairro, cidade de, estado de, neste ato representada legalmente por (nome e qualificação completa do representante legal), DECLARA sob as penas da lei que retirou, leu e possui pleno conhecimento de todas as informações, **dando plena aceitação às normas e condições contidas no Processo Administrativo e Edital acima referenciado**, nada tendo a reclamar no presente ou no futuro.

Teixeira de Freitas, ____ de _____ de 2022.

Razão Social / CNPJ

Nome e n° do RG do Representante Legal

Assinatura

Observação Importante:

Não serão aceitas declarações manuscritas, tão pouco aquelas preenchidas em formulários sem o timbre da empresa proponente.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

ANEXO VI – MODELO – INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – EDITAL Nº 001-2022

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com endereço à, nº, bairro, cidade de, estado de, neste ato representada legalmente por (nome e qualificação completa do representante legal), DECLARA sob as penas da lei que, até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, atendendo a todas as exigências feitas no referido instrumento convocatório, inclusive aquelas relativas ao cumprimento do objeto da licitação.

Declara ainda, que esta apta a participar de licitações e contratações administrativas, conforme o respectivo edital, não estando enquadrada em nenhum impedimento legal para licitar com o Consorcio Público Intermunicipal de Infraestrutura do Extremo Sul da Bahia, especialmente no que tange o art. 9º da lei 8666/1993.

Teixeira de Freitas, ____ de _____ de 2022.

Razão Social / CNPJ
Nome e nº do RG do Representante Legal
Assinatura

Observação Importante:

Não serão aceitas declarações manuscritas, tão pouco aquelas preenchidas em formulários sem o timbre da empresa proponente.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

ANEXO VII – MODELO – DECLARAÇÃO DE ME ou EPP

DECLARAÇÃO DE (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – EDITAL Nº 001-2022

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com endereço à, nº, bairro, cidade de, estado de, neste ato representada legalmente por (nome e qualificação completa do representante legal), DECLARA sob as penas da lei que, cumpri os requisitos para classificar-se como (microempresa ou empresa de pequeno porte), nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando ciente das responsabilidades administrativas, civis e criminais por falsa declaração.

Teixeira de Freitas, ____ de _____ de 2022.

Razão Social / CNPJ
Nome e nº do RG do Representante Legal
Assinatura

Observação Importante:

Não serão aceitas declarações manuscritas, tão pouco aquelas preenchidas em formulários sem o timbre da empresa proponente.



PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA N° 001-2022

ANEXO VIII – MODELO – TERMO DE COMPROMISSO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

TERMO DE COMPROMISSO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 194/2022 – EDITAL N° 001-2022

A empresa, inscrita no CNPJ sob o n°, com endereço à, n°, bairro, cidade de, estado de, neste ato representada legalmente por (nome e qualificação completa do representante legal), DECLARA que o profissional, _____ (nome e qualificação completa do profissional, incluindo o CREA e/ou o CAU), detentor dos atestados de capacidade técnica devidamente registrados no CREA e/ou CAU, será o responsável técnico pelos serviços objeto do edital acima referenciado.

Declara ainda que, caso ocorra a necessidade de substituição do Responsável Técnico ora indicado, a mesma só se efetivará se for por outro profissional que detenha atestados técnicos e CAT iguais ou superiores ao existente, com a aprovação pelo CONTRATANTE.

Teixeira de Freitas, _____ de _____ de 2022.

Razão Social / CNPJ
Nome e n° do RG do Representante Legal
Assinatura

Nome e n° do RG do Responsável Técnico
Assinatura

Observações Importantes:

Não serão aceitas declarações manuscritas, tão pouco aquelas preenchidas em formulários sem o timbre da empresa proponente.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001-2022

ANEXO IX – MODELO – DECLARAÇÃO ART. 7º, XXXIII, CF

DECLARAÇÃO DE EMPREGO DE MENOR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2022 – EDITAL Nº 001-2022

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com endereço à, nº, bairro, cidade de, estado de, neste ato representada legalmente por (nome e qualificação completa do representante legal), DECLARA que, em atendimento ao quanto previsto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, combinado com o art. 27 da Lei 8666/1993, alterado pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos, alvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, estando ciente das responsabilidades administrativas, civis e criminais por falsa declaração.

Teixeira de Freitas, _____ de _____ de 2022.

Razão Social / CNPJ

Nome e nº do RG do Representante Legal

Assinatura

Observação Importante:

Não serão aceitas declarações manuscritas, tão pouco aquelas preenchidas em formulários sem o timbre da empresa proponente.